

# Combate à extinção

Pesquisadores identificam áreas prioritárias para conservação no Pará

MARIA GUIMARÃES



**E**m plena Amazônia, o estado do Pará naturalmente abriga parte da floresta exuberante característica do Norte do país. Uma amostra de apenas cinco hectares floresce no parque zoológico do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), próximo ao centro de Belém. Ali, árvores de copas densas já não formam um teto que impede o sol de chegar ao chão, mas à noite as cutias ainda correm discretas – e olhando para o alto é comum avistar uma ou outra preguiça passeando lentamente pelos galhos. Com o avanço das atividades humanas no estado, sobretudo agropecuárias, o desmatamento ameaça deixar a floresta restrita a ilhas protegidas como essa, pequenas demais para manter a diversidade biológica típica da Floresta Amazônica.

Os pesquisadores do Goeldi decidiram descruzar os braços ante a destruição da floresta e buscam meios de atingir as metas do Programa Extinção Zero, criado pelo governo paraense em 2007. Em colaboração com a Conservação Internacional (CI-Brasil) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (Sema), eles lançaram o programa Biota Pará para fazer um levantamento da fauna e da flora ameaçadas de extinção. E já foram além: propuseram áreas prioritárias para preservação no estudo *Espécies ameaçadas de extinção e áreas críticas para a biodiversidade no Pará*, coordenado pelas biólogas Ana Luisa Albernaz e Teresa Cristina Avila-Pires, ambas do Goeldi.

Publicado em novembro na forma de um livro, o trabalho analisou quase 6 mil pontos de ocorrência de 122 espécies (50 de plantas, 23 de invertebrados, 2 de anfíbios,

Raridades:  
o lagarto  
*Stenocercus  
dumerilii* (acima)  
e a salamandra  
*Bolitoglossa  
paraense*





DARIO AMARAL

**Maçaranduba:**  
árvore de até  
50 metros,  
folhas largas  
e frutos miúdos,  
só encontrada  
na Região Norte

5 de répteis, 30 de aves e 12 de mamíferos). Modelos ecológicos permitiram prever a distribuição total das 47 espécies sobre as quais havia mais dados. “Detalhamos o conhecimento da distribuição das espécies”, conta Teresa. Num encontro realizado em fevereiro deste ano, 19 pesquisadores do Goeldi e 20 especialistas de outras regiões do país discutiram as melhores maneiras de aproveitar esses dados a fim de permitir o uso sustentável do ambiente.

O estudo levou em consideração três parâmetros – as áreas já protegidas, o tipo de vegetação original e o custo para conservação tendo em vista a pressão de desmatamento em curto prazo – para gerar mapas indicando áreas a serem acrescentadas às reservas naturais já delimitadas. Também se avaliou a eficácia de três cenários distintos para a conservação das espécies ameaçadas. O primeiro considerava apenas as áreas de proteção integral existentes hoje – muitas das áreas a serem preservadas

coincidem com áreas já protegidas, como terras indígenas, que deveriam passar a ser mais monitoradas. O segundo cenário inclui todos os tipos de unidades de conservação (de proteção integral e de uso sustentável). Neste caso, a recomendação também seria uma atenção especial ao manejo das terras. E o terceiro cenário abrange todas as áreas protegidas, inclusive as terras indígenas. O resultado mostrou que nem mesmo esse conjunto basta para proteger as espécies ameaçadas, ainda que haja maior esforço de manejo e monitoramento. Todos eles indicam que as várzeas do Amazonas, o leste e parte do sudeste do Pará estão sob forte ameaça e precisam de atenção urgente.

**Meio do caminho** - Segundo Teresa, o livro, elaborado como uma proposta concreta, já foi apresentado à Sema para que se discutam metas e estratégias de implementação. Mas o trabalho publicado está longe de ser um ponto final. “Precisamos de mais dados, por exemplo, para verificar melhor a situação do leste do estado, que está muito degradado”, conta a bióloga. As distribuições terão também de ser confirmadas para ver se as espécies em questão realmente – ou ainda – existem onde os modelos ecológicos preveem que estejam. O estudo ajudou a apontar ainda deficiências de conhecimento nas quais os pesquisadores deveriam se concentrar nos próximos tempos. Se sabe pouco sobre as plantas de algumas áreas do leste e centro do Pará. No caso das aves, as maiores lacunas estão no centro-sul e no noroeste. O centro é também pouco estudado em termos dos mamíferos que ali vivem.

Há ainda muito trabalho pela frente, que pode ser reduzido caso não se tomem ações imediatas contra a degradação ambiental. Menos trabalho não é o que os biólogos dali desejam. ■